



nº1/2016 | distribuição gratuita | informação | participação | cidadania - Edição da Câmara Municipal de Alvaiázere



boletim
MUNICIPAL

janeiro

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Alvaiázere | Diretor: Célia Margarida Gomes Marques (presidente) | Processamento e organização de conteúdos: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Cordenação, paginação, revisão e distribuição: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Periodicidade: Mensal | Tiragem: 50 exemplares | ISSN: 2182-8636 | Depósito legal: 212350/04

CÂMARA MUNICIPAL

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06 DE JANEIRO
DE 2016**

DELIBERAÇÕES

CONCURSO DE IDEIAS DE EMPREENDEDORISMO - CIMRL, FINAL MUNICIPAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

- 1- Aprovar o Regulamento elaborado ao nível da CIM RL;
- 2- Autorizar a despesa relativa à atribuição de prémios da final municipal, a saber: 3 cheques-prenda no valor de 200,00 € para a equipa vencedora; 3 cheques-prenda no valor de 100,00 € cada para os três elementos da equipa classificada em 2.º lugar e 3 cheques-prenda no valor de 50,00 € para os três elementos da equipa classificada em 3.º lugar, devendo, para o efeito, ser efetuado o respetivo cabimento;
- 3 – Ainda que existam fundos disponíveis negativos, nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal entende que o interesse público subjacente a esta despesa é superior ao interesse daquela lei, uma vez que se trata de um projeto intermunicipal, uma iniciativa que visa potenciar formação ao nível do empreendedorismo e, desta forma, dotar os jovens que frequentam os vários ciclos de ensino ministrados no concelho de competências essenciais para a construção do seu futuro.

(Aprovado por unanimidade)

PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DESPORTIVO DE ALVAIÁZERE - GNR

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

- 1-A autorização da utilização do espaço em questão, nos dias e horários disponíveis;
- 2 - Isentar o pagamento das taxas previstas pelo facto de se tratar de uma pessoa coletiva de direito público, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Alvaiázere.

TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS (TRH)

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente exarado a 22/12/2015, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º, conjugado com a alínea e) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, na qual aprova a inclusão desta taxa nas faturas mensais de cobrança de água, na partir do mês de dezembro de 2015, nos termos propostos, tendo por base os fundamentos referenciados na citada proposta, devendo, assim, ser cobrado o montante de: Valor TRH águas – 0,0166€/m³; Valor TRH águas residuais – 0,0089€/m³, devendo a Taxa de IVA aplicável à TRH relativa aos serviços de abastecimento ser de 6% e, uma vez que o serviço de saneamento prestado por serviços municipais se encontra isento de IVA, a repercussão da TRH associadas às respetivas tarifas estará igualmente isento de IVA.

(Aprovado por maioria)

CAMPANHA DE NATAL “VAMOS DAR AS MÃOS” – 2015 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente a 17/12/2015, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º

da Lei 75/2013, de 12 de setembro, no qual autorizava o pagamento da despesa em apreço, tendo por base os fundamentos referenciados na citada informação.

(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS
N.º 58/2011 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO
DESTINADO A MORADIA UNIFAMILIAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 95/2010, titulado por Agostinho Alves Marques.

(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS
N.º 95/2010 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO
DESTINADO A MORADIA UNIFAMILIAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 58/2011, titulado por Ana Rita dos Santos Simões.

(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS
N.º 78/2011 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO
DESTINADO A LAGAR DE AZEITE
(ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL)**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 78/2011, titulado por Azeimurta – Azeites do Rego da Murta, Lda.

(Aprovado por unanimidade)

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20 DE JANEIRO
DE 2016**

**CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS -
EMISSÃO DE PARECER GENÉRICO - ART.º 75.º
DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO
(LOE/2015) - PORTARIA 149/2015, DE 26 DE
MAIO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, prorrogar a vigência das deliberações tomadas nas reuniões de 18 de fevereiro e 1 de julho, ambas de 2015, até que seja aprovado o Orçamento de Estado para 2016, relativamente aos contratos a celebrar no âmbito da aquisição de serviços nos termos aprovados em reunião.

(Aprovado por maioria)

**CONCURSO DE IDEIAS DE
EMPREENDEDORISMO - CIM RL, FINAL
MUNICIPAL - ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Aprovar a alteração ao artigo 9.º do Regulamento do Concurso de Ideias Municipal, nos termos constantes no anexo remetido à Câmara Municipal, para avaliação das ideias de negócio a serem apresentadas pelos diversos concorrentes na final municipal de empreendedorismo que terá lugar, na Casa Municipal da Cultura de Alvaiázere, no próximo dia 02 de março de 2016, pelas 20h30;

2- Autorizar a despesa relativa à atribuição de prémios da final municipal, a saber: o valor de 200,00€ para o projeto vencedor; o valor de 100,00€ para o projeto classificado em 2.º lugar e o valor de 50,00€ para o projeto classificado em 3.º lugar.

3- Comunicar aos serviços de contabilidade esta alteração para que se proceda à alteração do cabimento previsto sob o número 11750, o qual passa a totalizar

350,00€ e tem cobertura orçamental na rubrica 0102/06020305 e GOP 02 003 2016/5015 e à retificação dos números sequenciais de compromisso já criados.

(Aprovado por unanimidade)

**EMPREITADA "ARRANJO URBANÍSTICO DE
MAÇÃS DE DONA MARIA - CRUZAMENTO DA
ENTRADA DA VILA" - DOAÇÃO DE PRÉDIO
RÚSTICO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- De acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aceitar a doação do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 6994 da freguesia de Maçãs de Dona Maria do concelho de Alvaiázere, omissa na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere, sito em Lagos, com a área total de 350,00m², propriedade de Josefina Silva Lopes – Cabeça de Casal da Herança, residente em Vale Senhor, Maçãs de Dona Maria, que possui as seguintes confrontações: norte – Ramiro Carlos Luís, sul – caminho, nascente – Benilde da Silva Godinho e poente – Eugénio Dias Franco;

2- Delegar competências no Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal – Célia Margarida Gomes Marques – para outorgar a competente declaração a emitir para a Autoridade Tributária e Aduaneira, com vista à integração do prédio no domínio público municipal;

3- Propor, à Assembleia Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a afetação do prédio cedido ao domínio público municipal.

(Aprovado por unanimidade)

**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI
DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM
ATRASO (LCPA) - INFORMAÇÃO DOS
COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS
PELA CÂMARA MUNICIPAL, PARA EFEITOS DE
APLICAÇÃO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO
ARTIGO 6.º DA LEI DOS COMPROMISSOS E
PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, conjugado com o art.º 12.º do decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para tomada de conhecimento.

A proposta da Senhora Presidente, e a listagem com os compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, conjugado com o art.º 12.º do decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, dão-se para todos os devidos e legais efeitos, por transcritos na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar devidamente rubricado por todos os elementos do Órgão Executivo.

(Aprovado por unanimidade)

**CEDÊNCIA DE LOTES NA ZONA
INDUSTRIAL DO VALE DA AVELEIRA -
PUSSOS, FREGUESIA DE PUSSOS SÃO
PEDRO - PROMOTOR: METALOSIMÃO, LDA.**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 5.º do Regulamento de Apoio ao Investimento, aprovar a alienação do lote n.º 8 inscrito na

matriz predial urbana sob n.º 2063 da freguesia de Pussos São Pedro, o qual proveio do artigo inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1386 da freguesia de Pussos (extinta), sito no lugar de Vale da Aveleira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o n.º 1964 da freguesia de Pussos, com área total de 1.600,00m² e com área de construção de 540,00m², composto por parcela de terreno para construção designado por lote n.º 8, possuindo as seguintes confrontações: norte, sul e nascente – zonas verdes, poente – lote n.º 9 (conforme descrição na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere) e do lote n.º 9 inscrito na matriz predial urbana sob n.º 2062 da freguesia de Pussos São Pedro, o qual proveio do artigo inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1385 da freguesia de Pussos (extinta), sito no lugar de Vale da Aveleira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o n.º 1965 da freguesia de Pussos, com área total de 1.600,00m² e com área de construção de 540,00m², composto por parcela de terreno para construção designado por lote n.º 9, possuindo as seguintes confrontações: norte e sul – zonas verdes, nascente – lote n.º 8 e poente – lote n.º 10 (conforme descrição na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere), à METALOSIMÃO, LDA, com sede em Rua do Outeiro, Pombaria, 3250-161 Alvaiázere, freguesia e concelho de Alvaiázere, pessoa coletiva com o número 508 352 983, pelo valor de €320,00 (trezentos e vinte euros);

2. Conferir poderes à Presidente da Câmara Municipal para outorgar a respetiva escritura em representação do Município, de acordo com o disposto na alínea f) do n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

3. Que conste expressamente na respetiva escritura de compra e venda que o promotor fica sujeito às condições previstas no Regulamento de Apoio ao Investimento, sob pena de, em caso de incumprimento, assistir ao município o direito de reversão

dos lotes alienados bem como de todas as obras e benfeitorias nele implantadas que não possam ser levantadas sem detrimento da coisa, sem direito a qualquer indemnização.

(Aprovado por unanimidade)

**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - ASSUNÇÃO
DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS
RELATIVOS A DESPESAS DE
FUNCIONAMENTO DE CARÁCTER
CONTINUADO E REPETITIVO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, delegar, com faculdade de subdelegação, a competência para a assunção de compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo na Presidente da Câmara Municipal, desde que o montante, em cada um dos 3 (três) anos seguintes não ultrapassem os 25.000€.

(Aprovado por unanimidade)

CARNAVAL 2016

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

- 1- Dar apoio logístico ao Agrupamento de Escolas, para a dinamização da atividade: garantir o transporte de todos os alunos para a sede do concelho e disponibilização de duas viaturas com sistema de som e respetivos motoristas;
- 2- Realizar o desfile de Carnaval municipal (11ª edição), no dia 07 de fevereiro de 2016, nos seguintes moldes:
 - a. Com o envolvimento das Juntas de Freguesia na iniciativa;
 - b. Com a atribuição de prémios de participação por categoria (entrudos tradicionais/foliões (individuais) - 10,00 €; entrudos tradicionais/foliões (grupos) - 30,00 € e carros alegóricos - 50,00€). Considerando a realidade do ano transato, aprovando o valor total estimado de 1.100,00€ (que variará de acordo com o número de inscritos), que tem dotação

orçamental na classificação 0102/06020305 e GOP 02 004 2015/5015, com o número sequencial de cabimento 11791;

c. Com convite à Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere para encerrarem o desfile e oferta de lanche aos seus elementos. O valor associado a esta despesa, no ano de 2015, foi de cerca de 150,00 € (IVA incluído). A ser intenção da Câmara Municipal deliberar neste sentido, a despesa tem dotação orçamental na classificação 0102/06020305 e GOP 02 004 2015/5015, com o número sequencial de cabimento 11791;

d) Impressão e distribuição do cartaz de carnaval. No ano transato esta forma de divulgação implicou o valor de cerca de 300,00 € (IVA incluído), sendo que a despesa tem dotação orçamental na classificação 0102/06020305 e GOP 02 004 2015/5015, com o número sequencial de cabimento 11791;

e) A aprovação do percurso a percorrer pelo curso, bem como o boletim de inscrição.

3 - Divulgar a iniciativa na comunicação social, aprovando a estimativa de custos em cerca de 375,00€ (IVA incluído), sendo que a despesa tem dotação orçamental na classificação 0102/06020305 e GOP 02 004 2015/5015, com o número sequencial de cabimento 11791;

4- Perante condições atmosféricas adversas, as comemorações do carnaval manter-se-ão e terão lugar em tenda montada para o efeito, no espaço do parque multiusos de Alvaiázere, devendo, para o efeito, ser assegurada e contratualizada a instalação elétrica necessária à realização da atividade no interior da tenda, prevendo-se um custo de cerca de 800,00€ (IVA incluído), sendo que a despesa tem dotação orçamental na classificação 0102/06020305 e GOP 02 004 2015/5015, com o número sequencial de cabimento 11791;

5- Realizar um baile de Carnaval na tenda que será montada no parque multiusos de Alvaiázere, proporcionando-se, desta forma, um momento de convívio entre a

comunidade em geral e os elementos que participam no desfile, tentando minimizar os constrangimentos que se têm identificado, a este nível, em relação à atividade. Portanto, e independentemente de as condições atmosféricas permitirem a realização do desfile, há, desta forma, a garantia de que a comemoração do carnaval acontecerá e de que, findo o desfile, haverá animação e convívio de carnaval. O baile implicará uma despesa no valor máximo de cerca de 675,00€ (IVA incluído), sendo que a despesa tem dotação orçamental na classificação 0102/06020305 e GOP 02 004 2015/5015, com o número sequencial de cabimento 11791.

6 – Para a operacionalização das inscrições, os entrudos e foliões devem proceder à sua inscrição na respetiva Junta de Freguesia que, até ao dia 03 de fevereiro de 2016, as quais devem ser remetidas devidamente preenchidas ao serviço de atendimento da Biblioteca Municipal de Alvaiázere. Os prémios de participação serão processados na semana imediatamente a seguir à realização da atividade mediante confirmação, pelo Gabinete de Apoio à Vereação, de cada uma das participações - cada participante deverá, antes do curso, dirigir-se à Sra. Vice-presidente, responsável pelo pelouro da Cultura, Dra. Sílvia Lopes, para confirmar a sua presença. Uma vez processados os prémios, será dado conhecimento aos Srs. Presidentes de Junta para que possam transmitir essa informação aos fregueses que participaram na iniciativa.

(Aprovado por unanimidade)

HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE EUCALIPTOS

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Proceder à alienação dos eucaliptos existente nos prédios propriedade do Município sitos em Vale de Tábuas e Relvas, na freguesia de Maçãs de Dona

Maria, pelo valor de €5.000,00 (cinco mil euros);

2. Aprovar a alienação dos referidos eucaliptos, na modalidade de hasta pública, nos termos da conjugação das alíneas cc) do n.º 1 do art.º 33.º e da alínea i) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, com o Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro, regulamentado pela Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro;

3. Que, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 10.º da Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro, a comissão que dirige o procedimento e a praça seja composta pelos seguintes elementos:

a) Presidente: Francisco Agostinho Maria Gomes – Vereador da Câmara Municipal;

b) Vice-Presidente, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos: Isabel Barreira Pimenta;

c) Vogal: Hilário Duarte Godinho Simões;

d) 1.º Vogal suplente, que substituirá os membros da Comissão, em caso de falta ou impedimento: Ana Cristina Godinho da Costa;

e) 2.º Vogal suplente, que substituirá os membros da Comissão, em caso de falta ou impedimento: Patrícia Cristina Alves Pedro Afonso.

4. Aprovar o Edital e o Programa e Condições gerais para a Alienação e Arrematação de Eucaliptos;

5. Delegar na Presidente da Câmara Municipal a competência para resolver eventuais dúvidas que surjam do decurso do presente procedimento e proceder à adjudicação definitiva ou à não adjudicação, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 11.º da Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro.

(Aprovado por maioria)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DE
OBRAS N.º 73/2010 - RECONSTRUÇÃO DE
EDIFÍCIO DESTINADO A MORADIA
UNIFAMILIAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 73/2010, titulado por MC3, e concludentemente enviado para arquivo.

(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DE
OBRAS N.º 77/2010 - AMPLIAÇÃO DE
EDIFÍCIO DESTINADO A EMPREENHIMENTO
DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 77/2010, titulado por Paulo Miguel Teodoro de Andrade e concludentemente enviado para arquivo.

(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DE
OBRAS N.º 79/2010 - AMPLIAÇÃO DE
EDIFÍCIO DESTINADO A MORADIA
UNIFAMILIAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 79/2010, titulado por Cristina Maria Marques Lopes e concludentemente enviado para arquivo.

(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DE
OBRAS N.º 92/2010 - RECONSTRUÇÃO E
AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A
MORADIA UNIFAMILIAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 92/2010, titulado por Alan Cousins e concludentemente enviado para arquivo.

(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DE
OBRAS N.º 13/2011 - CONSTRUÇÃO DE
EDIFÍCIO DESTINADO A MORADIA
UNIFAMILIAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 13/2011, titulado por Diamantino Coelho e Filho, S.A. e concludentemente enviado para arquivo.
(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DE
OBRAS N.º 38/2011 - CONSTRUÇÃO DE
EDIFÍCIO DESTINADO A MORADIA
UNIFAMILIAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 38/2011, titulado por Stephen William Henry e concludentemente enviado para arquivo.
(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DE
OBRAS N.º 21/2012 - CONSTRUÇÃO DE
EDIFÍCIO DESTINADO A MORADIA
UNIFAMILIAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, declarar a caducidade do processo de obras n.º 21/2012, titulado por Diamantino Gomes da Silva e concludentemente enviado para arquivo.
(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO
PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DE
OBRAS N.º 40/2012 - AMPLIAÇÃO DE
EDIFÍCIO DESTINADO A MORADIA
UNIFAMILIAR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, não declarar a caducidade do processo de obras n.º 40/2012, titulado por

José Martins Lourenço e que se estipule seis meses para o requerente proceder à entrega dos respetivos projetos das especialidades.

(Aprovado por unanimidade)

**2.º ANO DE LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO -
"REMODELAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE
BARQUEIRO - CENTROS DE
INTERPRETAÇÃO - MINI UNIDADES DE
ALOJAMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, a liberação de 30% da caução total da obra.

(Aprovado por unanimidade)

**COORGANIZAÇÃO DAS MONTARIAS DA
ZONA DE CAÇA MUNICIPAL DE
ALVAIÁZERE COM AS ASSOCIAÇÕES
CINEGÉTICAS DO CONCELHO DE
ALVAIÁZERE - CELEBRAÇÃO DE
PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DE
CAÇADORES DA FREGUESIA DE PELMÁ E
COM O CLUBE DE CAÇADORES DO
CONCELHO DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Nos termos do disposto na alínea u) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio ao Clube de Caçadores do Concelho de Alvaiázere no valor de €3.000,00, para coorganizar a caçada do dia 20 de fevereiro; e de um subsídio de €2.000,00, à Associação de Caçadores da Freguesia da Pelmá, para a montaria do dia 6 do mesmo mês, revertendo as receitas advindas da participação dos caçadores nas montarias para a entidade gestora, de acordo com a legislação em vigor. A despesa está prevista em orçamento, com a classificação orgânica 0102, classificação económica 040701 e GOP 02/007/2016/5040 – Subsídios às Associações e Clubes de caçadores para a realização de montarias, cujo nº sequencial de cabimento é o 13298 e 13299 respetivamente.

2. A celebração de um protocolo entre o Município de Alvaiázere e as entidades

supracitadas, para a realização dos dois eventos cinegéticos;

3. Conferir poderes à Sra. Presidente Célia Margarida Marques, para a outorga dos protocolos.

(Aprovado por maioria)

**ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE
FEVEREIRO, REDAÇÃO QUE LHE FOI
CONFERIDA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17
DE MARÇO - LEI DOS COMPROMISSOS E
PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA) -
AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS
DISPONÍVEIS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro ratificar o despacho da Excelentíssima Senhora Presidente, datado de 11 de janeiro do corrente ano, no qual autorizou o aumento temporário e à integração dos fundos disponíveis, nos montantes de 1.244.142,07€ (um milhão duzentos quarenta e quatro mil e cento e quarenta e dois euros e sete cêntimos) - (Fundos Comunitários) e 200.000,00€ (duzentos mil euros) - (IMI), conforme mapa anexo à presente informação e disposto no ponto vii) da alínea f) do artigo 3.º e artigo 4.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que refere que integram ainda os fundos disponíveis outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º, sendo que, ainda assim, os fundos disponíveis apresentam um valor negativo.

(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÕES EMITIDAS NOS TERMOS DO
DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º
15.º DA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Aprovar e submeter os documentos em apreço, nomeadamente: a) Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2015; b) Declaração de compromissos plurianuais existentes em

31/12/2015; c) Declaração de controlo de execução dos compromissos transitados por pagar em 31/12/2015; d) Declaração de Recebimentos em atraso existentes a 31/12/2015, à apreciação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, por força do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;

2. Aprovar a sua publicitação no sítio da internet do município e a sua integração no respetivo Relatório e Contas, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;

(Aprovado por unanimidade)

**PAEL PROGRAMA II - ACOMPANHAMENTO E
MONITORIZAÇÃO DO ANO DE 2015**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, a aprovação dos mapas obrigatórios de acompanhamento e monitorização disponibilizados pela DGAL e devidamente preenchidos de acordo com a execução orçamental e patrimonial do ano de 2015, nos termos e para efeitos dos cumprimentos do disposto na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, os quais, tendo em conta a data em que são elaborados, podem vir a sofrer alterações. Estes mapas, aquando da aprovação da conta de gerência, devem de ser novamente presentes a reunião.

(Aprovado por maioria)

Considerando:

- O estipulado nos n.ºs 19.º a 24.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), no que respeita ao regime de acumulação de funções públicas e privadas;
- Que nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 23.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o exercício de funções, em regime de acumulação, depende de prévia autorização do Órgão Competente;
- O teor do parecer emitido pelo Dr. Pedro Baltazar, representante da Sociedade de Advogados que presta assessoria jurídica ao Município, que se anexa.
- Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência do Presidente da Câmara Municipal "Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais";

Determino:

- Que se publique edital, em que se torne público que, todos os trabalhadores do Município que se encontrem a acumular funções públicas – CPCJ, Bombeiros Voluntários e outras - ou funções privadas (incluindo em associações de pais e encarregados de educação, associações culturais recreativas sociais e desportivas ou outras), **devem** apresentar **até ao próximo dia 29 de fevereiro**, requerimento a solicitar autorização para acumulação dessas funções durante o ano de 2016.-----

Município de Alvaiázere, 29 de janeiro de 2016

A Presidente da Câmara,



(Célia Marques, Arq.)

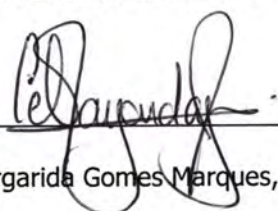
EDITAL n.º 60 /2016

Célia Margarida Gomes Marques, Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, torna público, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, que a Câmara Municipal de Alvaiázere, em sua reunião ordinária de 20 de janeiro do corrente ano, deliberou, conforme o disposto no n.º 3 do art.º 15.º das Normas de Execução Orçamental para 2016, delegar, com faculdade de subdelegação, a competência para a assunção de compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo na Presidente da Câmara Municipal, desde que o montante, em cada um dos 3 (três) anos seguintes não ultrapassem os 25.000€.

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do costume.

Alvaiázere, 22 de janeiro de 2016

A Presidente da Câmara



Célia Margarida Gomes Marques, Arq.ª



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO (PREÂMBULO)



Aos 20 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alvaiázere, no Edifício dos Paços do Concelho;

Considerando que:

- A Zona de Caça Municipal (ZCM) de Alvaiázere (processo n.º 3272 – AFN), criada pela portaria n.º 1054/2003, de 24 de setembro, ao abrigo da Lei n.º 173/99, de 21 de setembro, posteriormente renovada pela Portaria n.º 945/2009, de 21 de agosto e, posteriormente, pelo Despacho da Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas número VCD_SCBS/582/2015, cuja entidade gestora é o Município de Alvaiázere, proporciona o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições especialmente acessíveis, assumindo-se como um instrumento fundamental no ordenamento cinegético do concelho de Alvaiázere;
- O Plano Anual de Exploração da ZCM de Alvaiázere, para a época venatória de 2015/2016, prevê a realização de uma montaria no dia 20 de fevereiro de 2016;
- Estes eventos cinegéticos assumem-se como de extrema relevância para a promoção do território do concelho, nomeadamente, do seu património natural e cultural;
- A realização de caçadas, por este processo venatório em específico, exige meios logísticos e operacionais consideráveis.

Entre:

O **Município de Alvaiázere**, com sede na Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva de direito público n.º 506 605 949, na qualidade de entidade gestora da ZCM de Alvaiázere, adiante designada por entidade gestora, representado neste ato pela Senhora Presidente desta Câmara Municipal, Célia Margarida Gomes Marques, portadora do cartão de cidadão número 11358562 4 ZZ5, válido até 2 de março de 2016, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 166089087, casada, licenciada em Arquitetura, natural da freguesia e concelho de Alvaiázere, residente na freguesia e concelho de Condeixa-a-Nova, na Urbanização Quinta Nova, lote 16, 3.º frente, 3150-195 Condeixa-a-Nova,



com poderes para o ato, conferidos na reunião da Câmara Municipal realizada a 20 de janeiro de 2016;

O **Clube de Caçadores do Concelho de Alvaiázere**, adiante designado por Clube de Caçadores, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Sr. Luís Miguel Carvalho Guerreiro; portador do cartão de cidadão número 10647904 0 ZZ7, válido até 29 de março de 2017, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 198355629, casado, natural da freguesia e concelho de Alvaiázere e residente na freguesia e concelho de Alvaiázere, na Rua Estrada Nossa Senhora dos Covões, n.º 146, Pé-da-Serra, 3250-158 Alvaiázere, com poderes para o ato, conferidos pela alínea a), do artigo 25.º, dos Estatutos do Clube de Caçadores.

É celebrado o presente Protocolo, nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

Constitui objeto deste protocolo a especificação das obrigações do Clube de Caçadores, respeitantes à colaboração desta entidade com a entidade gestora, na prossecução da montaria do dia 20 de fevereiro de 2016, nomeadamente:

- a) Garantir a cedência do espaço físico necessário e adequado para a receção e inscrição dos participantes, bem como para a realização das refeições fornecidas ao longo do dia;
- b) Garantir a participação de matilhas de cães de caça, em número adequado;
- c) Acompanhar todo o ato venatório, garantindo a existência de todos os meios para o seu normal e correto desenvolvimento;
- d) Garantir a distribuição dos caçadores/participantes pelas portas, a sua recolha no final da jornada, bem como a recolha das reses abatidas;
- e) Providenciar o serviço de refeições adequado a todos os participantes.



CLÁUSULA SEGUNDA

(SUBSÍDIO)

Para permitir a concretização e implementação das tarefas e obrigações supratranscritas, ao Clube de Caçadores, a entidade gestora atribui um subsídio no valor de €3.000,00.

CLÁUSULA TERCEIRA

(RESPONSABILIDADES)

1. A entidade gestora assegura a comparticipação dos recursos financeiros mencionados anteriormente.
2. O Clube de Caçadores assegura a operacionalização e efetivação das tarefas objeto deste protocolo.

CLÁUSULA QUARTA

(VALIDADE)

1. O presente protocolo produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e caducará com a realização da atividade em causa.

CLÁUSULA QUINTA

(Disposições Finais)

1. Em tudo quanto não se encontre expressamente regulado no presente protocolo, observar-se-á o disposto na lei geral aplicável;
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa que não sejam sanados por acordo entre as partes, serão submetidos a arbitragem, nos termos Legais.



A minuta deste protocolo foi aprovada pela Câmara Municipal em 20 de janeiro de 2016.

A despesa resultante deste protocolo no valor de €3.000 (três mil euros) está prevista em orçamento, com a classificação orgânica 0102, classificação económica 040701 e GOP 02/007/2016/5040 – Subsídios às Associações e Clubes de Caçadores para a realização de montarias, cujo nº sequencial de cabimento é o 11721 e o de compromisso é o 13298.

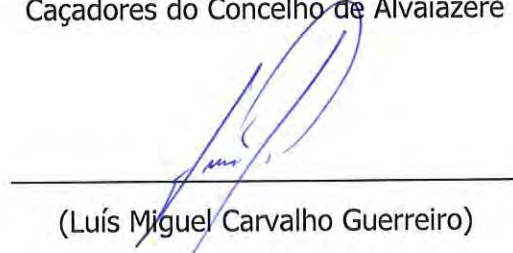
Alvaiázere, 20 de janeiro de 2016

A Presidente da Câmara Municipal de
Alvaiázere



(Célia Margarida Gomes Marques)

O Presidente da Direção do Clube de
Caçadores do Concelho de Alvaiázere



(Luís Miguel Carvalho Guerreiro)





PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(PREÂMBULO)

Aos 20 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alvaiázere, no Edifício dos Paços do Concelho;

Considerando que:

- A Zona de Caça Municipal (ZCM) de Alvaiázere (processo n.º 3272 – AFN), criada pela portaria n.º 1054/2003, de 24 de setembro, ao abrigo da Lei n.º 173/99, de 21 de setembro, posteriormente renovada pela Portaria n.º 945/2009, de 21 de agosto e, posteriormente, pelo Despacho da Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas número VCD_SCBS/582/2015, cuja entidade gestora é o Município de Alvaiázere, proporciona o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições especialmente acessíveis, assumindo-se como um instrumento fundamental no ordenamento cinegético do concelho de Alvaiázere;
- O Plano Anual de Exploração da ZCM de Alvaiázere, para a época venatória de 2015/2016, prevê a realização de uma montaria no dia 06 de fevereiro de 2016;
- Estes eventos cinegéticos assumem-se como de extrema relevância para a promoção do território do concelho, nomeadamente, do seu património natural e cultural;
- A realização de caçadas, por este processo venatório em específico, exige meios logísticos e operacionais consideráveis.

Entre:

O **Município de Alvaiázere**, com sede na Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva de direito público n.º 506 605 949, na qualidade de entidade gestora da ZCM de Alvaiázere, adiante designada por entidade gestora, representado neste ato pela Senhora Presidente desta Câmara Municipal, Célia Margarida Gomes Marques, portadora do cartão de cidadão número 11358562 4 ZZ5, válido até 2 de março de 2016, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 166089087, casada, licenciada em Arquitetura, natural da freguesia e concelho de Alvaiázere, residente na freguesia e concelho de Condeixa-a-Nova, na Urbanização Quinta Nova, lote 16, 3.º frente, 3150-195 Condeixa-a-Nova,





com poderes para o ato, conferidos na reunião pública da Câmara Municipal realizada a 20 de janeiro de 2016;

a **Associação de Caçadores da Freguesia de Pelmá**, adiante designado por Associação de caçadores, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Sr. Jorge Manuel Graça Marques, portador do cartão de cidadão número 098638507 3ZY6, válido até 22/12/2018, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 197097650, solteiro, natural e residente na freguesia de Pelmá e concelho de Alvaiázere, na Rua da Escola, n.º 45, Marques, 3250-326 Pelmá, com poderes para o ato;

É celebrado o presente Protocolo, nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

Constitui objeto deste protocolo a especificação das obrigações da Associação de Caçadores, respeitantes à colaboração desta entidade com a entidade gestora, na prossecução da montaria do dia 6 de fevereiro de 2016, nomeadamente:

- a) Garantir a cedência do espaço físico necessário e adequado para a receção e inscrição dos participantes, bem como para a realização das refeições fornecidas ao longo do dia;
- b) Garantir a participação de matilhas de cães de caça, em número adequado;
- c) Acompanhar todo o ato venatório, garantindo a existência de todos os meios para o seu normal e correto desenvolvimento;
- d) Garantir a distribuição dos caçadores/participantes pelas portas, a sua recolha no final da jornada, bem como a recolha das reses abatidas;
- e) Providenciar o serviço de refeições adequado a todos os participantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

(SUBSÍDIO)

Para permitir a concretização e implementação das tarefas e obrigações supratranscritas, à Associação de Caçadores, a entidade gestora atribui um subsídio no valor de €2.000,00.





CLÁUSULA TERCEIRA

(RESPONSABILIDADES)

1. A entidade gestora assegura a comparticipação dos recursos financeiros mencionados anteriormente.
2. A Associação de Caçadores assegura a operacionalização e efetivação das tarefas objeto deste protocolo.

CLÁUSULA QUARTA

(VALIDADE)

1. O presente protocolo produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e caducará com a realização da atividade em causa.

CLÁUSULA QUINTA

(Disposições Finais)

1. Em tudo quanto não se encontre expressamente regulado no presente protocolo, observar-se-á o disposto na lei geral aplicável;
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa que não sejam sanados por acordo entre as partes, serão submetidos a arbitragem, nos termos Legais.



A minuta deste protocolo foi aprovada pela Câmara Municipal em 20 de janeiro de 2016.

A despesa resultante deste protocolo no valor de €2.000 (dois mil euros) está prevista em orçamento, com a classificação orgânica 0102, classificação económica 040701 e GOP 02/007/2016/5040 – Subsídios às Associações e Clubes de Caçadores para a realização de montarias, cujo n.º sequencial de cabimento é o 11721 e o de compromisso é o 13299.

Alvaiaçere, 20 de janeiro de 2016

A Presidente da Câmara Municipal de
Alvaiaçere

O Presidente da Direção da Associação
de Caçadores da Freguesia de Pelmá



(Célia Margarida Gomes Marques)



(Jorge Manuel Graça Marques)

